

Ministério do Trabalho e Emprego

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000002/2025 ao Instrumento código 931431. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, Unidade Gestora: 400076. Conveniente: CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDARIOS NO RIO GRANDE DO SUL UNISOL RS, CNPJ nº 19263762000109. Solicitação Prorrogação do Aditivo de Prazo - TERMO DE FOMENTO nº 931431/2022, firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego, PROCESSO Nº 71000.018901/2022-11. Projeto: Consolidação da autonomia econ. Valor Total: R\$ 900.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Vigência: 04/03/2025 a 04/03/2027. Data de Assinatura: 15/07/2022. Signatários: Concedente: GILBERTO CARVALHO, CPF nº ***.989.609-**, Conveniente: NELSA INES FABIAN NESPOLO, CPF nº ***.997.050-**.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

EDITAL Nº 1/2025

ATUALIZAÇÃO DE VALORES DE QUE TRATA O ARTIGO 38, § 4º DA PORTARIA MTE Nº 240/2024

A SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SIT, no uso de suas atribuições legais e normativas, torna público o presente Edital, na forma do art. 4º, inciso IV, da Portaria MTE nº 240 de 29 de fevereiro de 2024, para divulgar a atualização de valores de que trata o artigo 38, §4º desta mesma portaria, cujo reajuste foi aplicado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado no exercício anterior, conforme dados divulgados pelo IBGE, nos seguintes termos:

A) As ME e EPP amparadas pela Lei Complementar nº 123, de 2006, de conformidade com o artigo 62, §1º da Portaria MTE nº240, de 2024, poderão ser beneficiadas com a fixação das 6 (seis) primeiras prestações mensais pelo valor mínimo previsto para a faixa A do Anexo I, nas contratações de parcelamento requeridas e formalizadas em determinados eventos de incentivo à regularização promovidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, desde que o débito total do devedor não seja superior a R\$ 104.780,00 (cento e quatro mil, setecentos e oitenta reais).

B) Os valores mínimos de prestação para os contratos de parcelamento de débitos de FGTS regidos pela Portaria MTE nº 240, de 2024, devidamente atualizados, constam da tabela a seguir, e seu Anexo I passa a vigorar com os seguintes valores:

ANEXO I

PRAZO MÁXIMO E VALOR MÍNIMO DA PRESTAÇÃO

TABELA 1				
DEVEDORES EM GERAL				
TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluídaa parcela formalizadora - (R\$))			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R\$)
FAIXA	De	Até		
A	200	3.000,00	12	104,77
B	3.000,01	5.220,00	18	261,92
C	5.220,01	9.120,00	24	303,83
D	9.120,01	15.840,00	36	398,12
E	15.840,01	24.000,00	48	460,98
F	24.000,01	34.800,00	60	523,84
G	34.800,01	47.880,00	72	607,65
H	47.880,01	61.200,00	80	696,71
I	61.200,01	85	801,47

TABELA 2				
DEVEDORES EM GERAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU INTERVENÇÃO EXTRAJUDICIAL				
TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluída a parcela formalizadora - (R\$))			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R\$)
FAIXA	De	Até		
A	200,00	4.250,00	17	104,77
B	4.250,01	7.250,00	25	261,92
C	7.250,01	12.920,00	34	303,83
D	12.920,01	22.440,00	51	398,12
E	22.440,01	34.000,00	68	460,98
F	34.000,01	49.300,00	85	523,84
G	49.300,01	67.830,00	102	607,65
H	67.830,01	86.445,00	113	696,71
I	86.445,01	120	801,47

TABELA 3				
PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO				
TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluídaa parcela formalizadora - (R\$))			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R\$)
FAIXA	De	Até		
A	200,00	3.500,00	14	104,77
B	3.500,01	6.090,00	21	261,92
C	6.090,01	10.640,00	28	303,83
D	10.640,01	18.480,00	42	398,12
E	18.480,01	28.000,00	56	460,98
F	28.000,01	40.600,00	70	523,84
G	40.600,01	55.860,00	84	607,65
H	55.860,01	71.910,00	94	696,71
I	71.910,01	100	801,47

TABELA 4				
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE				
TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluída a parcela formalizadora - (R\$))			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R\$)
FAIXA	De	Até		
A	200,00	2.465,00	17	104,77
B	2.465,01	4.125,00	25	151,91
C	4.125,01	6.460,00	34	172,87
D	6.460,01	11.220,00	51	199,06
E	11.220,01	17.340,00	68	230,49

F	17.340,01	24.650,00	85	267,16
G	24.650,01	34.170,00	102	303,83
H	34.170,01	43.505,00	113	350,97
I	43.505,01	120	403,36

TABELA 5				
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL				
TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluída a parcela formalizadora - (R\$))			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R\$)
FAIXA	De	Até		
A	200,00	2.900,00	20	104,77
B	2.900,01	4.950,00	30	151,91
C	4.950,01	7.790,00	41	172,87
D	7.790,01	13.420,00	61	199,06
E	13.420,01	20.655,00	81	230,49
F	20.655,01	29.290,00	101	267,16
G	29.290,01	40.870,00	122	303,83
H	40.870,01	51.975,00	135	350,97
I	51.975,01	144	403,36

TABELA 6				
EMPREGADOR DOMÉSTICO				
TOTAL DO DÉBITO COM ENCARGOS (excluída a parcela formalizadora - (R\$))			Prazo máximo (em meses)	Valor mínimo da prestação (R\$)
FAIXA	De	Até		
A	160,00	1.200,00	12	83,81
B	1.200,01	1.980,00	18	104,77
C	1.980,01	3.000,00	24	115,24
D	3.000,01	4.860,00	36	130,96
E	4.860,01	6.960,00	48	141,44
F	6.960,01	9.600,00	60	151,91
G	9.600,01	12.960,00	72	167,63
H	12.960,01	16.000,00	80	188,58
I	16.000,01	85	209,54

O presente Edital produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ FELIPE BRANDÃO DE MELLO

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

REFERÊNCIA: Acordo de Cooperação Nº 08, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. OBJETO: fortalecer a capacidade do governo brasileiro de formular e implementar políticas públicas de educação popular, trabalho e renda, com foco na organização comunitária e na economia popular e solidária da América Latina. VIGÊNCIA: 24 meses a partir da data de assinatura, 27.02.2024, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo. SIGNATÁRIOS: Gilberto Carvalho, Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária; Maria Angélica Paixão Frazão, Presidente da Associação Centro de Estudos Brasil Popular (escola Nacional Paulo Freire); e Andreas Behn, Diretor da Fundação Rosa Luxemburgo.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

SETOR DE MULTAS E RECURSOS

EDITAL DE DECISÃO LGF5HB

A Seção de Multas e Recursos da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 1.151, de 30 de outubro de 2017, e tendo em vista a tentativa frustrada de cientificação via postal, vem NOTIFICAR os empregadores abaixo relacionados da decisão que julgou PROCEDENTE o Auto de Infração e/ ou o débito constante da Notificação de Débito do Fundo de Garantia e da Contribuição Social - NDFC, respectivos. No caso dos Autos de Infração, deverá ser providenciada a quitação da multa relacionada, imposta por infração à legislação trabalhista, a qual será reduzida em 50%, conforme previsto no art. 636, §6º do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), desde que recolhida no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do décimo dia da publicação deste Edital, nos termos do art. 20, inciso III, da Portaria MTP nº 667, de 08 de novembro de 2021. A multa deve ser paga na rede bancária, através de DARF, que pode ser emitido pela internet, por meio do endereço eletrônico <https://eprocesso.sit.trabalho.gov.br/>, na aba "Pagamento", opção "Emitir DARF". No mesmo prazo, os débitos constantes da Notificação de Débito do FGTS deverão ser recolhidos, por meio de procedimento específico, junto à Caixa Econômica Federal. A falta de recolhimento da multa e/ou do débito apurado na Notificação de Débito do FGTS, ou seu recolhimento incorreto, poderá implicar no encaminhamento do processo à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, para inscrição no CADIN/Dívida Ativa da União e posterior cobrança executiva judicial. Alternativamente, e no mesmo decêndio legal, caberá a interposição de Recurso Voluntário, para a Coordenação-Geral de Recursos - CGR, em Brasília/DF, a ser protocolizado por meio do endereço eletrônico acima citado, na aba "Protocolar", opção "Recurso". Não serão conhecidos recursos que não atendam aos requisitos de admissibilidade (tempestividade, legitimidade e representação), nos termos do art. 41 da Portaria MTP nº 667, de 08 de novembro de 2021. O "Código de Acesso" exigido para visualização do processo, bem como para a prática eletrônica dos atos processuais, poderá ser obtido junto à respectiva Unidade de Multas e Recursos, responsável pela tramitação do feito, cujo contato encontra-se disponível na Seção "Canais de Atendimento" do site já citado, ou por meio do endereço <https://eprocesso.sit.trabalho.gov.br/Atendimento>.

EMPREGADOR	PROCESSO		DOCUMENTO	VALOR(R\$)
55.190.429 MATHEUS CAVALCANTI GIUNCO	14152.114503/2024-18	AI	22.797.251-1	832,36
NIVALDO B ROSA SERVICOS	14152.108286/2024-27	AI	22.791.034-6	897,72
NIVALDO B ROSA SERVICOS	14152.108288/2024-16	AI	22.791.036-2	39,54
NIVALDO B ROSA SERVICOS	14152.108290/2024-95	AI	22.791.038-9	269,64
NIVALDO B ROSA SERVICOS	14185.018624/2024-52	ND	20.315.085-6	91.980,48

Em 28 de fevereiro de 2025
MARCELO NANTES DE OLIVEIRA
Chefe da Seção de Multas e Recursos

